



Universidade de Brasília ã UnB
Instituto de Psicologia ã IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento ã PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR ã UAB/UnB**

**A SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE PORTADOR DE
DEFICIÊNCIA MENTAL**

NAIR BATISTA LEMOS DE PONTES

ORIENTADORA: SANDRA JAQUELINE BARBOSA



Universidade de Brasília **UnB**
Instituto de Psicologia **IP**
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento **PEDE**
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde **PGPDS**

BRASÍLIA/2011



NAIR BATISTA LEMOS DE PONTES

A SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga.

Orientadora: Sandra Jaqueline Barbosa

Professor: Diva Albuquerque Maciel

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO**NAIR BATISTA LEMOS DE PONTES****A SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
MENTAL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16 /04 /2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SANDRA JAQUELINE BARBOSA

LÍLIAN MEIRE OLIVEIRA PINTO (Examinador)

NAIR BATISTA LEMOS PONTES

BRASÍLIA/2011

Dedico esta obra a Deus, meu tudo, que tem estendido Teu braço forte e poderoso sobre minha vida e de minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu bem maior.

Agradeço aos meus familiares que, nesse período de estudo, tiveram a compreensão da minha ausência.

Agradeço as queridas Tutoras, Sandra Jaqueline, Valícia e Luciana que contribuíram comigo na busca de novos saberes, novas práticas, e me colocaram consciente de meu papel de pesquisadora.

Agradeço a coordenadora Diva Albuquerque Maciel, defensora da construção da Inclusão a partir do diálogo, da reflexão, nos colocando como sujeitos de aprendizagens dessa construção e também, como protagonistas desse processo.

Agradeço a todos os envolvidos no curso “Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: - UAB/UNB”: coordenadores, professores, tutores, secretários e outros.

Agradeço a Coordenadora do Polo de Itapetininga, Vera Abdala que, junto com sua equipe, lutou para que esse curso pudesse acontecer contribuindo para a Formação de Professores desse município.

RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de discutir e refletir sobre as dificuldades encontradas por professores na educação sexual do adolescente portador de deficiência mental, trazendo para análise as idéias e concepções de professores e pais a respeito da sexualidade do deficiente mental. Na primeira parte deste trabalho buscamos, através de pesquisas bibliográficas, conceituar o termo Sexualidade, analisamos algumas ideias sobre a sexualidade do aluno portador de deficiência mental e, apontamos alguns elementos para compreendermos que a sexualidade é uma construção social que transcende a base biológica. Discutimos também que, durante muito tempo, a escola permaneceu neutra, porém, educadores e educadoras já quebraram o silêncio sobre a sexualidade. O que esses profissionais querem e buscam nesse momento, é uma formação para tratar dessa temática a partir de uma perspectiva histórica e contextualizada, pois só assim, poderão enfrentar os desafios inesperados da relação com todos os seus alunos. Na segunda parte, trazemos os resultados da pesquisa de campo apontando uma realidade contrária ao discurso acadêmico apresentado por vários teóricos e estudiosos sobre o tema sexualidade, mostrando que educadores e educadoras nem sempre adotam o silêncio ignorando a temática sexualidade na escola e que a maioria dos pais não apresentam grandes defasagens em informações acerca da sexualidade de seus filhos deficientes mentais.

Palavras chaves: Deficiência Mental. Sexualidade. Concepções

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	10
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
1. A sexualidade do deficiente mental.....	12
1.1 Conceitos de sexualidade.....	12
1.2 A sexualidade do adolescente com deficiência mental.....	13
1.3 Não é mais possível invisibilizar a sexualidade na escola.....	16
II – OBJETIVOS.....	19
1. Objetivo Geral.....	19
2. Objetivos Específicos.....	19
III – METODOLOGIA.....	20
1. Contexto.....	21
2. Participantes.....	22
3. Materiais.....	24
4. Instrumentos.....	23
5. Procedimentos de Construção de dados.....	25
IV – RESULTADOS E ANÁLISE DAS DISCUSSÕES.....	26
1. Opinião dos Professores.....	26
2. Opinião dos Pais.....	32
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICES	
A – Modelo do Formulário para Professores.....	40
B – Modelo do Formulário para os pais.....	42
ANEXOS	

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	45
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).....	47
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo).....	48

LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O que pensam sobre as manifestações sexuais dos alunos portadores de deficiência.....	25
Gráfico 2 - Formação dos professores em relação à Orientação Sexual.....	30
Gráfico 3 – Opiniões dos pais sobre a sexualidade de seu filho deficiente	31
Gráfico 4 – Diálogos sobre sexualidade.....	33
Gráfico 5 – Representações da sexualidade.....	33
Gráfico 6 – Relacionamento Afetivo e Estável.....	34

APRESENTAÇÃO

Percebe-se na trajetória profissional que, a questão da sexualidade do deficiente mental apresenta-se como um conflito para pais e professores. Essa temática despertou a curiosidade e, colocou-se como um desafio para muitos educadores e educadoras.

Assim, é necessário iniciar essa pesquisa trazendo à reflexão duas temáticas que contribuirão para aqueles que têm o compromisso com a inclusão escolar: a sexualidade e a deficiência mental. Trabalhar simultaneamente com essas temáticas não só configura-se como uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária.

Abordar questões relativas à sexualidade ainda é um tabu, porém quando estamos envolvidos com sujeitos que, de certa forma, desconhecem esse tabu nos vemos “obrigados” a trazer essa abordagem para nossa reflexão e, convidados a aprofundar nossos estudos sobre o tema.

Quando trabalhamos com alunos com deficiência mental não podemos nos esquivar desse desafio, somos provocados a uma transformação. O silêncio adotado, até os dias de hoje, para invisibilizar a sexualidade é quebrado e, cotidianamente, nos vemos frente à espontaneidade desses alunos em relação à expressão de seus sentimentos e desejos.

Sabe-se que na sala de aula regular, geralmente, essa postura provoca mal-estar e estupefação, porém tal comportamento só serve para reforçar a ideia da sexualidade como assunto privado, e pior, a escola ensina a todos a estranhar aqueles que manifestam seus sentimentos e desejos, levando todos os estudantes a identificar tal comportamento como incorreto, inaceitável e até mesmo desprezível (MISKOLCI, 2009, p. 115).

Nesse contexto, educadores e educadoras precisam compreender o porquê a sexualidade não se restringe à vida privada e como ela foi moldada na escola até os dias de hoje. Precisam também rever convenções ultrapassadas, colocando a sexualidade como objeto de estudo.

Diante do exposto, ao invés do silêncio e a tentativa de ignorar essa temática, é hora de confessarmos reconhecendo que a escola não é sexualmente neutra, assim, parafraseando Rubem Alves (1.995), é preciso respirar fundo, sentir que a coisa cheira mal - mesmo que todo mundo tenha se acostuma com o mau cheiro -, olhar para ela e ouvir o que as pessoas envolvidas dizem. Esse é o objetivo da pesquisa: ouvir sobre essa coisa, a sexualidade do adolescente com deficiência mental, trazendo, através das pesquisas bibliográficas, um debate sobre as convenções culturais e históricas sobre a sexualidade, para diminuir/eliminar nossas dificuldades em receber esses alunos em uma sala de aula regular.

Para contextualizar os estudos bibliográficos, foi realizado um trabalho de campo de investigação qualitativa, cuja técnica foi a entrevista com pais e professores para levantar como os mesmo lidam com a sexualidade dos alunos com deficiência mental.

Esse estudo pretende colocar o deficiente mental com um ser dentro de um contexto social, sendo capaz de se relacionar com outros seres e, sujeito às mesmas regras e limitações desse contexto. Pretende também, reconhecer que todos, independentemente de terem ou não uma deficiência, tem direito a uma vida sexual saudável.

Para esse estudo, tomar-se-á a sexualidade como um componente importante e que não pode ser negligenciado, ignorado ou até, associado a um problema, principalmente se falamos de pessoas com necessidades especiais, fazendo-se necessário uma pesquisa bibliográfica levantando diferentes teorias sobre o desenvolvimento humano.

A pesquisa de campo foi realizada com pais de alunos com deficiência mental inseridos na rede pública estadual da cidade de Itapetininga e de uma instituição filantrópica especializada.

Os professores dessas instituições e da rede pública estadual também foram entrevistados. Nesse grupo investigaremos a formação, anos de atividade profissional nas instituições, o número e horas semanais em contato com os adolescentes com deficiência mental.

Para a obtenção das informações desejadas foram utilizados dois questionários de auto-preenchimento, um para os pais e, outro para os profissionais envolvidos nas instituições. Esses instrumentos permitiram privacidade e liberdade de resposta (GIL, 1991).

Nos itens do questionário estão relacionados expressões da sexualidade em geral, focando questões como: educação sexual na escola, o gênero e a sexualidade, discussões sobre a forma como as relações afetivas e sexuais são apresentadas na escola, quais as atitudes dos profissionais face aos comportamentos sexuais.

As referências bibliográficas serviram, para os estudos, como instrumentos de mediação, contextualizando as ideias trazidas pela pesquisa de campo.

Foram trazidas algumas considerações de teóricos e pesquisadores sobre como a sexualidade dos indivíduos com deficiência mental foi socialmente constituída como um problema para a sociedade. Essas considerações foram confrontadas com como a sexualidade e a orientação sexual foi historicamente e é tratada até os dias atuais no espaço escolar. Aqui pretende-se apontar que, o adolescente com deficiência mental sofre as mesmas limitações e está sujeito as mesmas regras impostas aos adolescentes sem deficiências.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. A SEXUALIDADE DO DEFICIENTE MENTAL

Este capítulo tem como objetivo principal discutir e refletir sobre ideias e concepções a respeito da sexualidade do deficiente mental. Para a discussão desse conteúdo dividimos esse capítulo em três partes. Na primeira parte, buscamos através de pesquisas bibliográficas conceituar o termo Sexualidade. Na segunda, analisamos algumas ideias de educadores e educadoras sobre a sexualidade do aluno portador de deficiência mental e, apontamos alguns elementos para compreendermos que a sexualidade é uma construção social que transcende a base biológica. Na última parte, discutimos que, durante muito tempo, a escola permaneceu neutra, porém, educadores e educadoras já quebraram o silêncio sobre a sexualidade. O que esses profissionais querem e buscam nesse momento, é uma formação para tratar dessa temática a partir de uma perspectiva histórica e contextualizada, pois só assim, poderão enfrentar os desafios inesperados da relação com todos os seus alunos.

1.1 Conceitos de sexualidade

Segundo Foucault (1998, p. 9) :

O termo sexualidade surgiu no século XIX, marcando algo diferente do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimento, sensações e sonhos.

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, sexualidade é concebida como um dado da natureza, como algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida, entendemos que nessa concepção a sexualidade é vista sob o ponto de vista biológico, como algo inato.

Nesse sentido concorda-se, para a contextualização dessas definições, pensar sobre o que exatamente sexo significa:

Várias coisas ao mesmo tempo. A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – como “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas a seus corpos, a suas atitudes e a comportamentos... (BRASIL. 2009, p.116).

O corpo não é simplesmente um dado da natureza, pronto e acabado, como apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, mas sim, inconstante e dinâmico, pois suas necessidades e seus desejos alteram-se com a passagem do tempo, com as mudanças dos hábitos alimentares e de vida, com as doenças, entre outros fatores. O corpo é mais do que uma coleção de órgãos. Ele é um todo integrado que sente, pensa e age. Assim, o conceito de corpo inclui, além das potencialidades biológicas, todas as dimensões psicológicas, sociais e culturais do aprendizado pelo qual as pessoas desenvolvem a percepção da própria vivência (BRASIL.2009, p.121):

A sexualidade é vivida e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade pode envolver todas essas dimensões, mas nem sempre todas as dimensões são vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual (Organização Mundial da Saúde, Elaborando Definições de Saúde Sexual).

1.2 A sexualidade do adolescente portador de deficiência Mental

Muitos profissionais da educação concordam que é fundamental abordar questões relativas à sexualidade (WEEKS, 1993, p.21), porém afirmam que abordar essa temática é uma tarefa difícil admitindo que, não é possível tratar essa questão com base em seus sentidos comuns.

Admitem também que, têm muitas dúvidas em como agir diante de alguns comportamentos que ocorrem na sala, principalmente quando apresentados por seus alunos com deficiência mental e, que muitas vezes tomam atitudes porque são confrontados por alguma situação inesperada.

Nesse contexto apontamos a importância de entendermos que, de certa forma, o interesse sexual de indivíduos com deficiência mental, ocorre da mesma

forma como nos indivíduos normais e, passam pelos mesmos processos de descobertas do corpo e órgãos genitais.

É importante saber que a sexualidade não surge na adolescência. O desenvolvimento da sexualidade está vinculado ao desenvolvimento integral do indivíduo, sendo considerado um elemento constitutivo da personalidade. Como já vimos, a sua manifestação transcende sua base biológica, estando predominantemente demarcada por valores socioculturais (BASSO, 1991). Esse desenvolvimento se inicia na infância, mas é na adolescência que se operam mudanças físicas e psicossociais destinadas a dar à vida sexual infantil sua forma adulta (GOMES, 1996).

A construção da identidade sexual - ou do gênero - propriamente dita, está em estreita relação com aspectos biológicos, geneticamente determinados (anatomia e fisiologia dos caracteres e órgãos sexuais), mas em mais estreita relação com aspectos psicológicos. Ou seja, a vivência de "masculinidade" e "feminilidade" é experiência plena de conteúdos afetivos, sociais e culturais - portanto, circunstanciais em relação a dada pessoa. Assim, como todos os demais aspectos, a identidade sexual inscreve-se no amplo espectro do desenvolvimento de cada ser humano (BRASIL, 2009).

A pessoa com deficiência mental é inteira, dotada de afeto, cultura, história e sexualidade.

Para vários autores (DENARI, 1997; FRANÇA RIBEIRO, 2001; GLAT, 1992), a maioria das pessoas com deficiência intelectual passa pelas mudanças da puberdade, que não acontecem apenas nos casos em que há severas alterações biológicas e fisiológicas. Os autores enfatizam que, em relação aos impulsos e desejos sexuais, essas pessoas manifestam necessidades, experiências e emoções semelhantes às dos demais adolescentes. O que se observa, em muitas ocasiões, é a inadequação da manifestação dos comportamentos sexuais, em decorrência da pouca convivência em grupos em que regras de conduta sejam cobradas.

Vigotsky (1989) defende que não é apenas a deficiência biológica que define o desenvolvimento das pessoas, mas também as consequências sociais dessa

deficiência, entre elas, o isolamento, a falta de perspectivas do próprio sujeito e daqueles que o cercam.

Assim, o funcionamento intelectual subnormal não significa que as pessoas com deficiência intelectual não são capazes de ter uma conduta sexual compatível com exigências sociais, elas podem, sim, aprender a exprimir seu desejo de forma socialmente aceita, desde que sejam orientadas dentro de seu nível cognitivo, de maneira que possam assimilar os conhecimentos (GLAT, FREITAS, 2002; GHERPELLI, 1995; FACION, 1990).

Amaral (2004) diz que não há nenhuma evidência científica de que uma pessoa deficiente mental seja também deficiente sexual, muito menos, deficiente afetiva.

Para vários teóricos e estudiosos, a problemática que envolve a questão da sexualidade esta, primeiro porque a escola ainda insiste em abordar a sexualidade sobre o ponto de vista biológico, e segundo, que é urgente abrir espaços nas aulas para tratar da sexualidade de forma afetiva com todos os alunos, principalmente os alunos com deficiência mental, pois esses, geralmente encontram-se num estado de alienação, estagnados sob a proteção e desejos de seus familiares (AZNAR e CASTAÑON 2004).

As crianças com deficiência mental são, geralmente, afastadas do convívio social e a escola torna-se o único espaço onde possam viver plenamente suas experiências sexuais, tendo oportunidades de fazer trocas, de se relacionarem. É na escola que irão compreender o que se constitui um comportamento adequado, o que podem ou não ser feito em público (MANTOAN, 2004).

É fundamental que educadores e educadoras busquem outros campos de conhecimento para romper com a idéia biológica da sexualidade

Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento de um adolescente com deficiência mental e de uma adolescente sem deficiência segue as mesmas leis gerais e, é direito dos indivíduos com deficiência mental, terem sua sexualidade reconhecida e receber informações sobre como poderá vivê-la de forma plena.

1.3 Não é mais possível invisibilizar a sexualidade na escola

A discussão da temática sexualidade no currículo das escolas intensificou-se nas décadas de 70 e 80, pois questões como a epidemia do HIV-Aids e a gravidez na adolescência colocou-se como destaque nas escolas. O Estado mostrou preocupação com a sexualidade com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, apontando que não era mais possível invisibilizar a sexualidade na instituição escolar.

Sabemos que, durante muito tempo, nas salas de aulas, educadores e educadoras adotaram o silêncio tentando eliminar o incômodo causado por estudantes que apresentavam interesses ou comportamentos sexuais. Nos dias de hoje ainda podemos encontrar alguns profissionais que ainda adotam essa forma sutil e cruel de invisibilizar a sexualidade, colocando a sexualidade como um assunto privado.

Atualmente, com a política da inclusão escolar, todos os envolvidos nas escolas de ensino regular se depararam com alunos com deficiência mental e a maior preocupação desses profissionais é lidar com a sexualidade desses indivíduos, sendo provocados a uma discussão sobre a temática.

A espontaneidade desses alunos quebra qualquer silêncio, não há como fugir, é urgente tratarmos desse assunto. Primeiro porque esses indivíduos durante muito tempo foram excluídos da sociedade, pois apresentam comportamentos diferentes do que consideramos “normal”. Segundo, porque no espaço escolar durante muito tempo qualquer criança que apresentasse interesse sexual era classificada como estranha.

Muitos educadores e educadoras já tomaram para si o desafio de tratar dessa temática na sala de aula, pois como profissionais de deveres, devemos tratar nossos alunos como sujeitos de direitos. Viver na sociedade e viver a sexualidade são direitos de todos.

O silêncio já foi quebrado, o que é um bom começo, porém existe ainda a preocupação por parte dos profissionais da educação em não tratar desse assunto a partir do senso comum, pois, podemos correr o risco de impor normas e padrões

injustos. Isso revela um olhar crítico sobre o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual existem trechos que padronizam comportamentos e, até direcionam desejos para formas socialmente aceitas, além de, ver a sexualidade sob o ponto de vista biológico, atrelando os desejos e a curiosidade a funções hormonais:

A partir da puberdade e das transformações hormonais ocorridas no corpo de meninos e meninas, é comum a curiosidade e o desejo da experimentação erótica a dois.

É a partir da puberdade que a potencialidade erótica do corpo se manifesta sob a primazia da região genital, expressando-se na busca do prazer.

No trabalho com crianças, os conteúdos devem também favorecer a compreensão de que o ato sexual, assim como as carícias genitais, são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças. Os jogos sexuais infantis têm caráter exploratório, pré-genital (BRASIL,1998. p. 319.320 e 303)

O trecho citado reforça a falsa ideia de que a sexualidade: experimentação erótica, como a curiosidade e o desejo; surge na adolescência, colocando que as carícias genitais são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças (BRASIL, p.303) e, favorece a compreensão de que para alunos de 1º ao 5º ANOS, devemos desenvolver uma proposta de ensino voltada apenas para o conhecimento do corpo, seu funcionamento e a conscientização da saúde, resumindo, tratando os conteúdos sob o ponto de vista biológico.

A realidade marcada nas salas de aula é outra, uma escola comprometida com o direito à livre expressão afetiva deve incorporar uma visão crítica desse ponto de vista, abrindo espaço para a promoção de discussões sobre como podemos tratar desse conteúdo, principalmente quando se trata de orientar pessoas com deficiência.

Segundo Richard Miskolci, doutor em Sociologia das diferenças, o professor e a professora podem abordar questões de sexualidade a partir de situações do dia a dia da sala de aula, de forma aberta. DENARI (2002) corrobora com essa idéia, apontando que, assim como os conteúdos pedagógicos, a sexualidade deve ser ensinada partindo das especificidades de cada pessoa e adverte: planos de ensino

voltados para a biologização do tema não têm a preocupação em orientar pessoas com deficiência, pois não consideram suas vivências, suas curiosidades e necessidades.

Aproveitar toda oportunidade que surge na sala de aula para falar sobre sexualidade, dando liberdade às crianças com deficiência em expressar suas curiosidades e fazer questionamentos é uma forma de descobrir que conceito elas têm a respeito de seu próprio eu e de seu papel sexual.

A expressão da sexualidade e a consciência do papel sexual construídas desde a infância são importantes para a compreensão das transformações que irão surgir na puberdade. A compreensão das transformações que surgem na puberdade pode possibilitar a pessoas com deficiência mental uma vida sexual ativa (GESELL. 1998).

A sexualidade do deficiente mental deixou de ser constituída como um problema para educadores e educadoras. Aprender acerca deles e com eles – deficientes mentais - significa abrir espaços na sala de aula para uma abordagem afetiva da sexualidade, significa compreender que é direito desses indivíduos conviver com crianças de sua idade cronológica.

Hoje, educadores e educadoras descobrem que a diferença não precisa ser uma marca ou um estigma, mas algo que faça repensar, algo que faça buscar novas alternativas de propostas pedagógicas.

A inclusão é um experimento promissor, que coloca educadores e educadoras como aprendiz. Parafraseando Paulo Freire (2007), quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

II Ë OBJETIVOS

Objetivo Geral: Discutir e refletir sobre as dificuldades encontradas por professores na educaçŁo sexual do adolescente portador de deficiênci mental.

Objetivos Específicos:

- Analisar a sexualidade como uma funçŁo natural que estŁ presente em todos os indivÍduos,
- Descrever as atitudes dos pais e professores face Ł sexualidade dos adolescentes com deficiênci mental.
- Refletir sobre a perspectiva social e histÓrica sobre a sexualidade de forma a fornecer elementos para compreendê-la de forma mais complexa, atual e apropriada para que, no ambiente escolar, todos possam reconhecer a urgênci de se quebrar o silêncio sobre a sexualidade.

III- METODOLOGIA

O estudo, desenvolvido numa abordagem qualitativa, foi realizado na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetininga , onde a pesquisadora atuava profissionalmente e conhecia os alunos e a comunidade escolar.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista dirigida com cinco mães de alunos da APAE com idade entre 05 e 30 anos, níveis cognitivos variados, mas que apresentavam bom desenvolvimento na área da linguagem sendo capazes de se expressar verbalmente e fazer questionamentos.

Para a obtenção das informações desejadas foram utilizados dois questionários de auto-preenchimento, um para os pais e outro para os profissionais envolvidos nas instituições. Esses instrumentos permitiram privacidade e liberdade de resposta.

Nos itens do questionário estavam relacionados questões gerais sobre as manifestações ou curiosidades expressas pelas crianças sobre sua sexualidade no ambiente familiar e as reações dos familiares diante de tais acontecimentos focando questões como: ocorrência de brincadeiras infantis de exploração sexual, episódios de masturbação, namoro e casamento.

Para os profissionais da educação o questionário focou questões como: sexualidade na escola, o gênero e a sexualidade, discussões sobre a forma como as relações afetivas e sexuais são apresentadas na escola, quais as atitudes dos profissionais face aos comportamentos sexuais.

1. Contexto

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetininga é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos que tem como missão prestar assistência às pessoas com deficiência mental, múltipla e autismo. Todas as ações desenvolvidas pela instituição são em prol da inclusão das pessoas com deficiência na educação, no trabalho e na vida.

A Escola da APAE proporciona ensino especial para as pessoas com deficiências, atendendo ambos os sexos, com assistência completa no que diz respeito à educação, higiene, alimentação, ensino-aprendizagem e atendimentos especializados. Atende 210 pessoas, com diferentes deficiências sendo que 20 delas com Autismo e idade a partir de 6 anos, para o Ensino Fundamental I.

Além das atividades educacionais, mantém um ensino profissional, com oficinas de: Reciclagem de Papel e Encadernação, Marcenaria, Artes e Laboratório de Informática.

Sua missão é favorecer a inclusão social, educacional, profissional e conscientização das deficiências junto à sociedade, de maneira a exercer cidadania e possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades.

A APAE mantém convênios com Governo federal, Governo Estadual e parceria com o Governo Municipal através da Secretaria de Assistência Social e Prefeitura de Alambarí.

Além destes recursos, a entidade conta com exposição permanente, onde são expostos para venda os objetos confeccionados nas oficinas pelos próprios alunos, sob orientação dos professores e técnicos, além de produtos confeccionados pelo Clube de Mães.

A APAE de Itapetininga conta com parceria e apoio de empresas locais, recursos obtidos através de doações recebidas de quadro social existente na comunidade e serviço de Telemarketing instalado na Entidade. Paralelamente a isso, são realizados eventos que visam também angariar fundos para a Instituição.

2 Participantes

A pesquisa de campo foi realizada com pais de alunos portadores de deficiência mental inseridos na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetininga.

A escolha dos pais não foi aleatória, assim optou-se por escolher 3 famílias que buscaram assistência nessa instituição nos primeiros anos de vida de seus

filhos e, 2 famílias que foram encaminhadas a essa instituição através de indicações de outras instituições. Observamos que as 3 famílias que procuram assistência possuem Ensino Médio completo e, as 2 famílias não concluíram a educação básica.

Segundo pesquisas bibliográficas, na maioria das cidades brasileiras, as crianças deficientes ficam sem atendimento durante os primeiros anos de vida. Acreditamos na importância da família, pois essa representa o primeiro universo de relações sociais da criança,

“(…) representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, dada a enorme carga emocional das relações entre seus membros” (REY & MARTINEZ, 1989, p. 143).

No entanto, é preciso analisar criticamente como essa família se relaciona face à sexualidade de seu filho portador de deficiência mental. Afirma-se, diante do exposto desse trabalho que, quanto mais cedo essas crianças ingressarem na escola e serem atendidas por outras instituições, terão maiores possibilidades de se desenvolverem e de gozarem de seus direitos como cidadãos, afinal:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. 1988)

Foram também entrevistados 5 professores, sendo 3 de diferentes escolas da rede pública estadual e 2 professores que trabalham na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetininga. Esses professores possuem idade superior a 37 anos. Todos os profissionais entrevistados possuem curso superior, sendo que os profissionais que atuam na instituição filantrópica são especialistas em Deficiência Mental e atuam há mais de 20 anos nessa instituição, já os profissionais que atuam na rede pública, apenas um possui uma especialização em inclusão escolar e estão há mais de 18 anos na carreira de magistério.

Quanto à jornada de trabalho, todos têm carga horária de 40 horas semanais, as atividades pedagógicas são coordenadas em horário contrário a regência sendo que os professores atuam 5 horas em sala de aula totalizando 25 horas semanais e as outras 15 horas são divididas em: 8 horas de estudo individual e, 12 horas de atividades coletivas.

3 Instrumentos

Para a obtenção das informações desejadas foram utilizados dois instrumentos qualitativos de expressão escrita que tiveram como primeiro objetivo permitir aos respondentes privacidade e liberdade para expor suas ideias.

O questionário foi construído a partir da análise do problema e dos objetivos dessa pesquisa, os conteúdos das perguntas atentaram-se a questões gerais sobre as manifestações ou curiosidades expressas pelas crianças sobre sua sexualidade no ambiente familiar e as reações dos familiares diante de tais acontecimentos focando questões como: ocorrência de brincadeiras infantis de exploração sexual, episódios de masturbação, namoro e casamento.

Para os profissionais da educação o questionário focou questões como: orientação sexual na escola, o gênero e a sexualidade, discussões sobre a forma como as relações afetivas e sexuais são apresentadas na escola, quais as atitudes dos profissionais face aos comportamentos sexuais.

Optou-se para a escrita das respostas questões de múltipla escolha, primeiro por ser de fácil aplicação, processo e análise e segundo, pela facilidade e rapidez no ato de responder (SILVA & MEMESES, 2001)

Procurou-se, na formulação das perguntas, certo cuidado para que tivessem o mesmo significado para o pesquisador e para os respondentes, para que realmente houvesse um diálogo significativo e trouxesse elementos importantes para o enriquecimento do problema. Na construção das perguntas procurou-se usar uma comunicação simples e com palavras de uso frequente dos respondentes (GIL, 1991)

Para algumas questões que poderiam deixar dúvidas incluiu-se a pergunta “Por quê?” com o objetivo de serem respondidas com base naquilo que acreditam.

4 Procedimentos de Construção de Dados

Todos os participantes foram previamente informados sobre as finalidades e procedimentos da pesquisa. Tendo concordado com o procedimento, assinaram o termo de consentimento informado e voluntário.

O local da coleta de dados foi a instituição filantrópica e as escolas em que os professores atuam, em uma sala reservada, com privacidade necessária para responder ao questionário, em horário de trabalho coletivo (HTPCs) previamente agendado.

As mães respondentes foram convidadas através de uma reunião de pais ocorrida na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetininga.

Após o preenchimento dos questionários iniciou-se a análise de dados tomando-se os seguintes procedimentos:

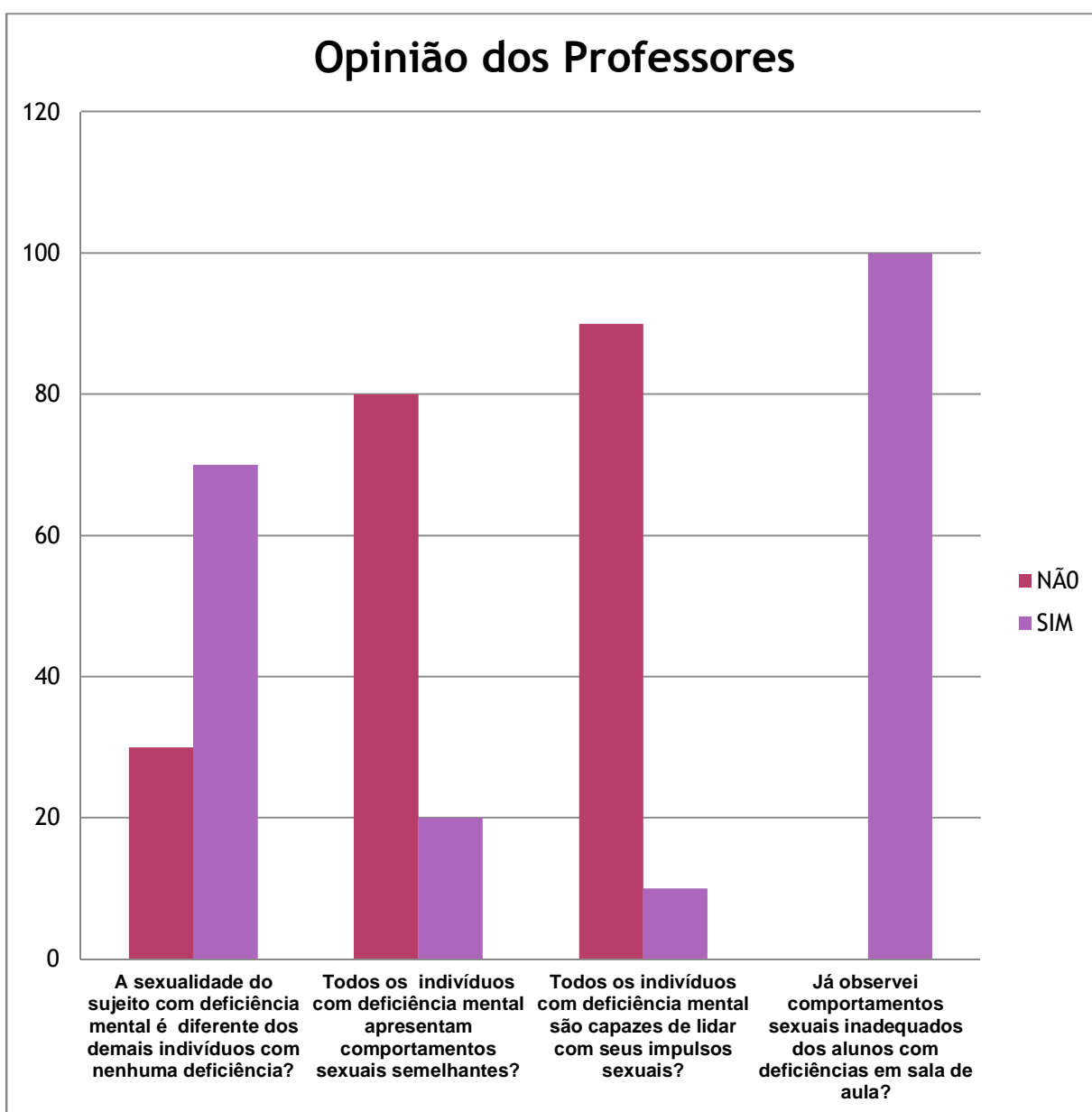
- Levantamento de dados das respostas para a construção dos gráficos,
- Construção dos gráficos transcrevendo, na íntegra, as respostas dos questionários,
- Análise crítica dos dados levantados na pesquisa de campo apresentando os resultados (GIL, 1991, p.46), tendo como parâmetro os seguintes eixos teóricos: a sexualidade do indivíduo portador de deficiência mental, representações acerca da sexualidade e orientação sexual no ambiente escolar.
- A análise dos relatos realizou-se por meio de agrupamentos temáticos, em classes respostas relacionando às questões teóricas que envolviam o tema das manifestações da sexualidade do aluno no contexto escolar e no contexto familiar (GIL, 1991).

IV- RESULTOS E ANÁLISE DAS DISCUSSÕES

1. Opinião dos Professores

Sendo um dos objetivos desse trabalho descrever o que pensam e quais as atitudes dos profissionais face à sexualidade dos adolescentes com deficiência mental, o gráfico a seguir aponta os resultados das questões apresentadas aos professores:

Gráfico 1 - O que pensam sobre as manifestações sexuais dos alunos portadores de deficiência.



Fonte: Questionário aplicado aos professores no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

Nota-se, diante dos resultados apontados pelo gráfico, que os profissionais de educação apresentam crenças inadequadas a respeito da sexualidade das pessoas portadoras de deficiência mental. Como podemos observar a maioria dos profissionais acreditam que a sexualidade dos alunos com deficiência mental se difere da dos alunos com nenhuma deficiência.

GLAT (1987), afirma que:

"a sexualidade da pessoa com deficiência mental (a não ser nos casos neurologicamente mais prejudicados) não é qualitativamente diferente das demais" e refere que sempre que essa colocação é feita em público leva inevitavelmente a expressões de espanto, descrença e freqüentemente à franca oposição.

Outro aspecto relevante apontado pelos profissionais é a crença de que os alunos portadores de deficiência apresentam comportamentos diferentes. Por trás dessa afirmativa podemos citar duas crenças: a de que de que não possuem sexualidade ou, quando a têm, essa se manifesta de forma selvagem.

Pesquisas a respeito das representações dos educadores sobre a sexualidade de jovens com deficiência mental apontam que, professores entrevistados vêm à sexualidade do deficiente mental como selvagem, ou então, incompletas, não finalizadas (GIAMI & D'ALLONES, 1984; SAMPAIO, 1995; DENARI 1997).

Foucault (2001), diz que essas formas de conceber a sexualidade das pessoas com deficiência mental esta associada a conceitos e idéias construídos historicamente: interpretações religiosas e à imensa lista de patologias sexuais caracterizadas pelas ciências humanas (FOLCAULT, 2001).

Podemos confirmar essa pesquisa, uma vez que todos dos profissionais que responderem ao questionário disseram que os alunos com deficiência mental apresentam comportamentos inadequados. Todos os respondentes disseram terem observado a masturbação. Lembrando novamente que, a sexualidade é inerente ao ser humano, tal comportamento é comum a qualquer indivíduo e, vai se manifestar no ambiente escolar.

Segundo BARROSO (1991):

[...] a criança brinca com seu próprio corpo desde pequenina. Explora cada parte dele e por vezes, e se detém nos genitais. Descobre que o corpo é fonte de prazer e gosta das sensações que obtém. Estas experiências precoces serão a base de uma sexualidade sadia no futuro. (1991, p. 31).

Quando questionados sobre a manifestação de comportamentos sexuais, os profissionais mostraram-se desconfortáveis com qualquer manifestação sexual, porém mais da metade dos respondentes disseram agir naturalmente frente a esses comportamentos.

Considera-se fundamental observar algumas colocações dos profissionais e analisar, com base teórica, o que está por trás de algumas falas e atitudes:

Procuro dar á criança bastante ocupação como jogos, pintura, esportes ou ensiná-los a brincar com água e barro, “pois com as mãos sujas não vão manipular o seu órgão”(. Profº 1)

Procuro agir de forma natural, mas informo que certos comportamentos não são adequados na sala de aula.(.Profº 2)

Explico que apesar de ser algo gostoso, não se deve fazer assim perto dos outros e, se vierem perguntas, sempre respondo de maneira natural (Profº 3)

O professor 1 adotou o silêncio, apresentado uma forma sutil de invisibilizar a sexualidade e, considerou que tal comportamento está relacionado à ociosidade. O professor 2 e 3 embora tenha apresentado uma atitude de diálogo sobre as manifestações sexuais, baseou-se no seu senso comum. Quando os professores lidam com os comportamentos que observam, em geral, julgam e opinam sobre eles, tendo como base seus próprios valores e generalizando-os para todos os alunos quando os orientam. Essa postura é uma forma de repressão sexual (CHAUÍ, 1985; RIBEIRO, 1990; NUNES, 1987), pois reforça dogmas e ideologias existentes e não leva os alunos a desenvolver uma autonomia em relação à questão.

O resultado dessa pesquisa também nos mostra algumas evidências:

- O aluno com deficiência mental está sujeito as mesmas regras e limitações no contexto escolar, pois os profissionais da educação encontram dificuldades de tratar da temática sexualidade com todos os seus alunos.

- É impossível tratar o aluno com deficiência mental como assexuado, e também que, certas manifestações apresentadas, como a masturbação, são manifestações próprias às idades dos alunos e, em nenhum caso, aberrações patológicas.

(...) a masturbação e os jogos sexuais relatados pelas professoras do ensino especial são, de fato, comportamentos próprios da idade em que os alunos se encontram, em que é comum o conhecimento corporal, a expressão da afetividade e a exploração de diferentes sensações e prazeres(NUNES & SILVA, 2000)

- Para alguns professores o conceito de sexualidade está relacionado ao sexo genital, segundo alguns autores:

(...) professores, quando relacionam a sexualidade à genitalidade, imaginam somente os comportamentos sexuais de seus alunos relacionados à genitália e não às outras condutas envolvidas como as relações de amizade, de afeto, as noções de identidade e papéis sexuais, etc (CHAUI, 1985).

Nessa perspectiva, qualquer manifestação da sexualidade no contexto escolar é vista, catalogada e tratada no âmbito dos distúrbios de conduta, dados as caracteres e os contornos de preconceitos. Isto nos leva a questionar sobre a formação do professor no que diz respeito à orientação sexual.

Quando questionados, mais da metade dos professores respondentes já participaram de algumas formações em educação sexual.

Vejamos alguns relatos:

Já participei com uma psicopedagoga, foi bom (Profº 4).

Sim, já participei de palestras na Casa do Adolescente (Profº 5).

Sim já participei de palestra com agente da saúde sobre doenças transmissíveis e o uso do preservativo (Profº 1).

Formações como essas não garantem “mudanças de atitudes” e, muitas vezes servem para alimentar certos estereótipos. A orientação sexual ou educação sexual deve ser considerada parte do processo de educação global de qualquer criança e adolescente, com uma metodologia adequada.

Para Denari (2002) um plano de ensino voltado apenas para a biologização do tema sexualidade é um erro, esse temática precisa ser discutida a partir das

vivências dos sujeitos envolvidos, levando em consideração suas curiosidades e necessidades.

Porém, esses professores não podem ser responsabilizados por não serem agentes eficazes no processo de mudanças no tratamento dessa temática, pois esses profissionais carregam consigo valores a respeito da sexualidade aprendidos no seu meio social.

Esses profissionais também estão em processos de aprendizagem e precisam de uma formação continuada onde, através de estudos, possam trocar ideias e reflexões a cerca de suas concepções construídas a partir de sua história de vida, possam desconstruir valores e crenças.

Muitos autores sustentam a ideia de que para tratar da temática sexualidade o professor precisa ter resolvida sua própria sexualidade:

[...] para orientarmos um jovem em relação ao sexo: é fundamental termos nossa própria sexualidade resolvida (GLÁT. 1991, p.2).

[...] antes de orientar alguém em questões de caráter sexual, é fundamental que a própria sexualidade esteja resolvida (SAMPAIO. 1995, p.12).

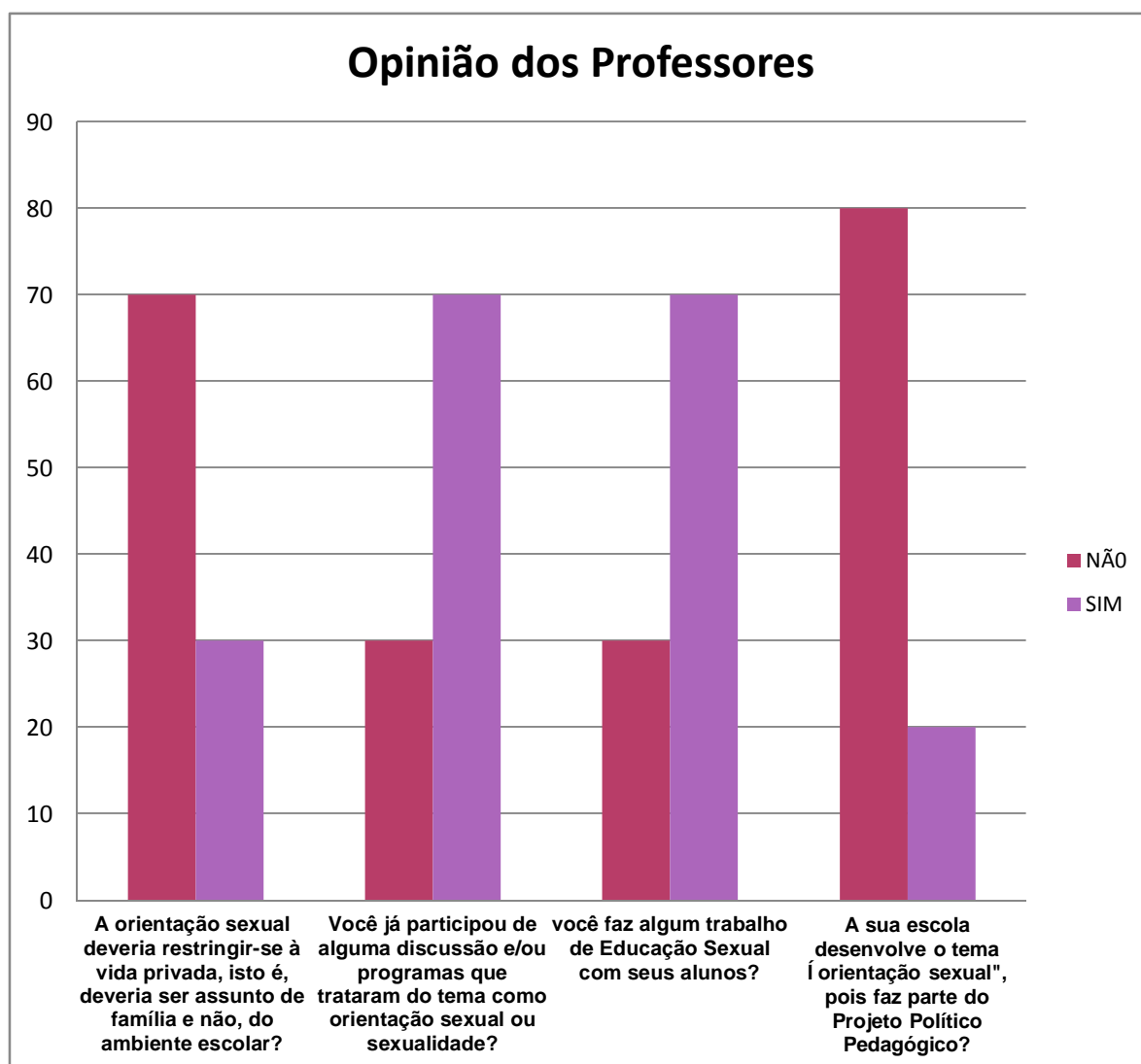
Este trabalho não tem a pretensão de idealizar o professor como um sujeito muito bem preparado e que não tenha nenhum problema pessoal com sua própria sexualidade, pois diante dessas afirmativas, muitos educadores e educadoras não verão a possibilidade de trazer esse assunto como conteúdo nas séries iniciais.

A mudança das concepções: ideias, relações e comportamentos a respeito da sexualidade é um processo histórico lento, no qual os profissionais da educação também são aprendizes.

Faz-se então necessário que esses profissionais participem de formações continuadas, onde possam: informar-se sobre a temática sexualidade a partir de uma perspectiva histórica e contextualizada, debater suas concepções, trocar pontos de vista e compartilhar práticas educativas que deram certo.

Para continuarmos essa discussão, analisemos o gráfico sobre a formação desses profissionais:

Gráfico 2 - Formação dos professores em relação a Orientação Sexual.



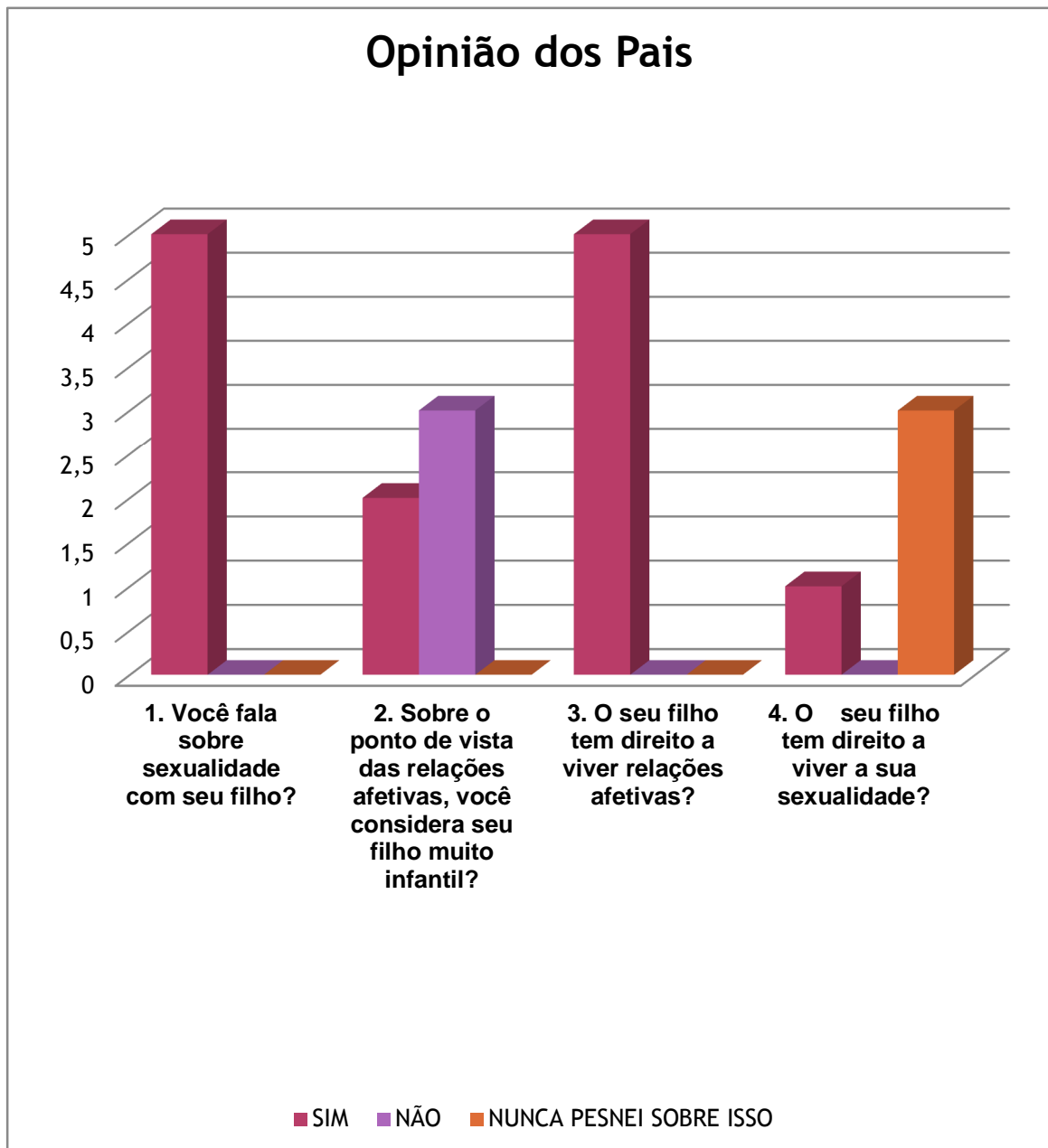
Fonte: Questionário aplicado aos professores no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

Como pode-se observar, mais da metade dos professores respondentes realizam algum trabalho sobre sexualidade em sala de aula, confirmando assim a existência de educação sexual nas instituições em que atuam, porém, quando questionados sobre a proposta, alegaram que não faz parte de um projeto, sendo que a maioria dos respondentes alegaram que essa temática nem sequer é mencionada no Projeto Político Pedagógico. Sendo assim a maioria dos educadores realizam esse trabalho de forma pouco direcionada, não só pela falta de material, mas principalmente, pela falta da “formação continuada” e adequada a essa temática.

2. Opinião dos Pais

Os resultados da pesquisa realizada com os pais mostram uma realidade diferente dos resultados encontrados na literatura.

Gráfico 3 É Opiniões dos pais sobre a sexualidade de seu filho deficiente mental



Fonte: Questionário aplicado aos pais no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

Estes resultados foram diferentes dos encontrados na literatura onde alguns autores e estudiosos afirmam que os pais apresentam dificuldades em tratar do assunto sexualidade com seus filhos. Para D'Abreu (1974), os pais nunca têm informação e modo de manejo ou, não se sentem aptos para trabalhar a sexualidade dos filhos.

Sampaio afirma:

[...] muitos pais são incapazes de se comunicarem espontaneamente e desembaraçadamente com seus filhos quanto á sexualidade humana [...] (SAMPAIO, 1995, p.9).

Um estudo desenvolvido por um Francês sobre a atitude dos pais face à sexualidade de seus filhos aponta que, somente 10% das famílias têm uma atitude aberta em relação ao tema, outros 90% mantêm atitudes fechadas ou mostram-se passivos frente a essa temática (PAN, 2003).

A literatura estudada também aponta que muitos pais negam a sexualidade dos filhos com deficiência mental e outros enfatizam um comportamento de exacerbação da sexualidade (GIAMI, 2000).

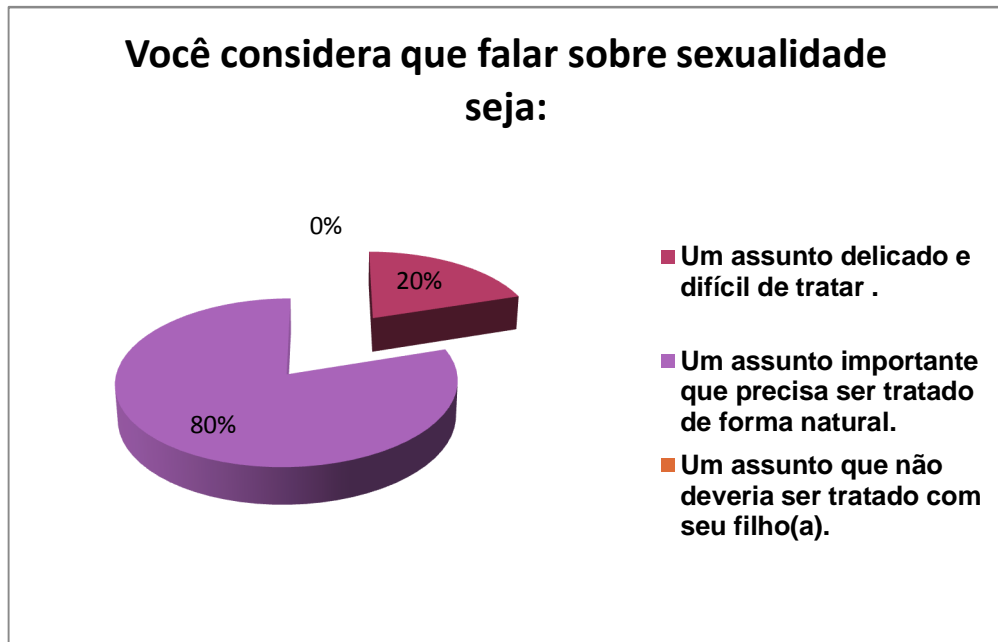
Para Ribeiro os pais gostariam que seus filhos não apresentassem nenhum interesse sexual:

A possibilidade da presença de vida sexual para os filhos causa tanta ansiedade que os pais, em sua maioria, admitem que, se fosse possível, gostaria que eles não apresentassem nenhuma forma de interesse sexual, principalmente em relação aos do sexo feminino [...] (RIBEIRO, 1995, p.342).

Porém, os resultados dessa pesquisa mostram que os pais não negam a sexualidade dos filhos e, alguns já reconhecem a manifestação da sexualidade dos filhos como um direito.

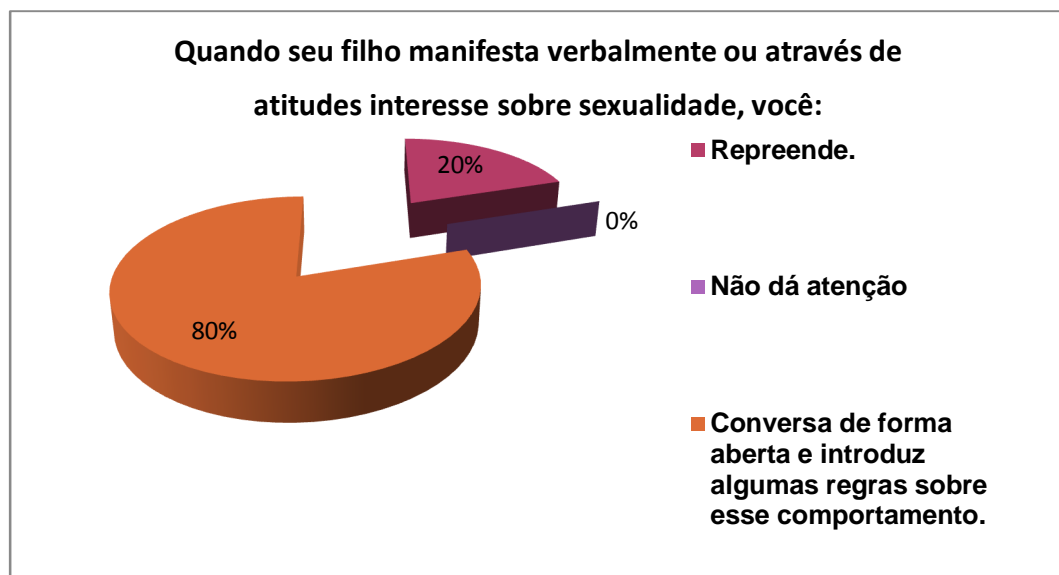
Reconhecer o direito de viver a sexualidade e respeitar as manifestações sexuais dos filhos com deficiência mental é dar possibilidades a esses sujeitos de compreender suas emoções (THARINGER, 1990).

Portanto, podemos observar que o comportamento dos pais evoluiu com a necessidade de falar naturalmente sobre sexualidade com os filhos.

Gráfico 4 **É** Diálogos sobre sexualidade

Fonte: Questionário aplicado aos pais no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

Outro aspecto observável nesta pesquisa é que, a maioria dos pais, mostram uma atitude aberta para a manifestação sexual de seus filhos e, aproveitam essas situações para introduzir algumas regras sobre esses comportamentos.

Gráfico 5 **É** Representações da sexualidade

Fonte: Questionário aplicado aos pais no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

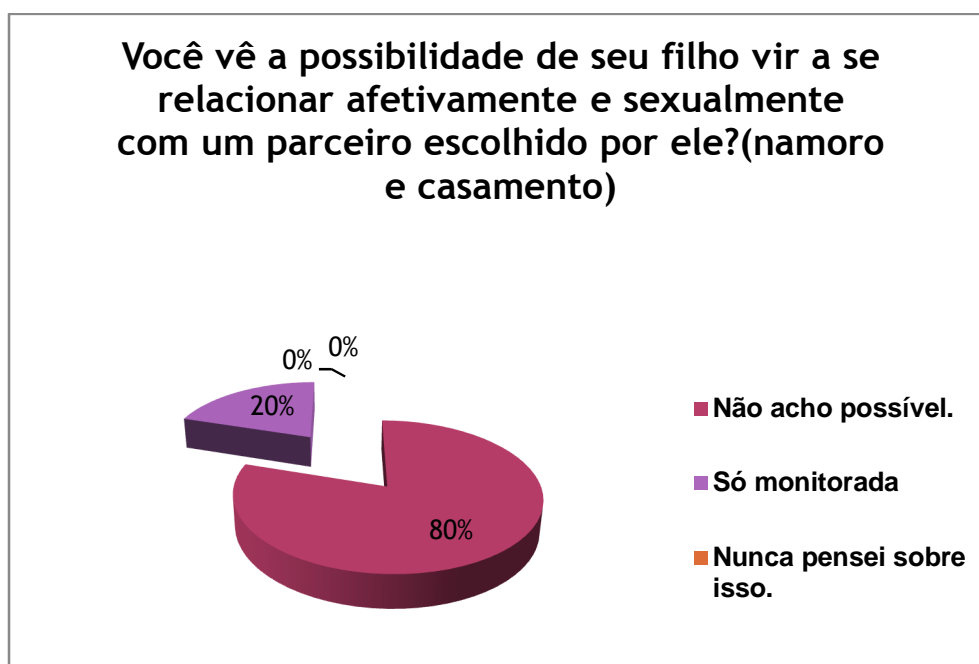
A repressão da sexualidade para esses indivíduos diminui as possibilidades de se desenvolverem em seus aspectos afetivos e sociais, pois como qualquer outro indivíduo, eles têm necessidade de expressar seus sentimentos de modo próprio e intransferível (GEJER, 2006).

Amaral afirma que:

[...] Pessoas com deficiência mental são capazes de expressar os seus sentimentos e de fazer escolhas. Portanto, são capazes, assim como as não deficientes, de controlar suas manifestações sexuais e de estabelecer vínculos afetivos (AMARAL, 2004, p. 82).

Porém, quando questionados sobre a possibilidade de seus filhos virem se relacionar afetivamente e sexualmente com um parceiro a maioria dos pais não acham possível uma relação estável e independente.

Gráfico 6 É Relacionamento Afetivo e Estável



Fonte: Questionário aplicado aos pais no mês de novembro de 2010, Itapetininga/SP.

Esse eixo de discussão confirma a opinião de Assunção e Sproverieiri (1987) que apontam que, frequentemente, no casamento, os deficientes não conseguem estabelecer relações positivas de fazer trocas satisfatórias, quer no tocante ao sustento econômico da família, quer na educação dos filhos.

Essa afirmativa representa a opinião da maioria dos pais:

Eu vi falar alguma coisa sobre casamento, porém, no meu caso em particular eu não deixaria, acho que não dá certo (Pai 1).

Eu conheço um casal, mas não deu certo, acho que não dá mesmo (Pai 2)

É uma barra, acho que não dá certo, pois meu filho não tem como se sustentar sozinho, imagine sustentar uma família (Pai 5).

Alguns estudos mostram que pessoas com deficiência mental têm dificuldades de manter um relacionamento estável como o casamento em virtude de possuírem conteúdos intra-psíquicos que lhe são peculiares como a baixa tolerância à frustração (KLOTZ, 1995).

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo colocou o deficiente mental com um ser dentro de um contexto social, sendo capaz de se relacionar com outros seres e, sujeito às mesmas regras e limitações desse contexto. Reconheceu, também que todos, independentemente de terem ou não uma deficiência, tem direito a uma vida sexual saudável.

A sexualidade é um componente importante e que não pode ser negligenciado, ignorado ou até, associado a um problema, principalmente quando falamos de pessoas com necessidades especiais, como nos mostrou as pesquisas bibliográficas e os resultados trazidos por esta pesquisa.

A pesquisa nos trouxe uma realidade contrária ao discurso acadêmico apresentadas por muitos teóricos e estudiosos sobre o tema sexualidade, mostrando que educadores e educadoras nem sempre adotam o silêncio ignorando a temática sexualidade na escola e que a maioria dos pais não apresentam grandes defasagens em informações acerca da sexualidade de seus filhos deficientes mentais.

Hoje pais e professores procuram estar mais preparados para a diversidade de informações a respeito da sexualidade das pessoas com deficiência mental.

É verdade que muitos profissionais ainda encontram dificuldades em ajudar esses alunos a terem um desenvolvimento sexual saudável, porém já mostram uma preocupação em não tratar esse assunto a partir do senso comum, pois acreditam que suas concepções foram construídas a partir de seus contextos sociais e culturais, portanto carregados de crenças e valores construídos historicamente.

Educadores e educadoras já apontaram a necessidade de, no seu dia-a-dia realizar um trabalho diferente, reconhecendo a importância de buscar conhecimentos sobre a sexualidade de seus alunos, assumindo suas responsabilidades como profissionais de aprendizagens e, como sujeitos de direitos e deveres reconhecem a necessidade de educar seus alunos como seres humanos, reconhecendo que pessoas deficientes mentais são seres humanos como quaisquer outras pessoas e têm o direito de desfrutar de uma vida saudável, uma vida plena.

Os profissionais da educação devem desempenhar o papel de suporte e, tratar a sexualidade nos contextos atuais, abordando a sexualidade como algo mais amplo e menos restrito a aspectos biológicos, como apontados em algumas

diretrizes apontadas neste trabalho.

Recomendamos programas de educação sexual devam ser estruturados e implantados em todos os níveis de ensino: da educação infantil ao ensino superior, é também fundamental uma formação continuada onde os profissionais possam reconstruir suas concepções a respeito da sexualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Oscar Xavier. Comportamento Social do portador de deficiência Mental: perspectivas das APAEs paulistas quanto a sexualidade de sua clientela. 1992. 140f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP, 1992.(Orientadora Geraldina Porto Witter).

ALLEN GOMES, A.M. – Ideias gerais sobre a sexualidade dos deficientes. In Félix, I.; Marques, A. – E nós somos diferentes?. 1ª ed. Lisboa: Associação para o Planeamento Familiar, 1995. ISBN 972-8291-01-9. pp. 11-28.

AMARAL, Mariana Clivati do. Sexualidade e Deficiência Mental: impacto de um programa de orientação sexual para famílias, 2004. 179f. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. SP. 2004. (Orientadora: Ana Lucia Cartegoso)

ANGELUCCI, C.B. Uma inclusão nada especial: apropriações da política de inclusão de pessoas com Necessidades Especiais na rede pública de educação fundamental, do estado de São Paulo/ Carla Bianca Angelucci – São Paulo: s.n, 2002.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F.B. e Sprovieri, M. H. Deficiência Mental, família e sexualidade. São Paulo: Menon, 1993

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano decenal de Educação para todos. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (org). Desenvolvimento Psicológico e Educação; necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre; Artes Médias, 1995. v.3.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994.

DENARI, F. E. O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

EVANGELISTA, L.M.C., Amaral, M.E.P., Shimono, S.O., Patrício, Y.C., Barboza, R. Política da APAE/SP para Ações de Formação e Desenvolvimento na Área de Sexualidade e Deficiência Mental - 1999 (relatório final)

FARH,I.M.; PAGNANELLI, N. Somos todos iguais. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

FERREIRA, Solange L. Sexualidade na deficiência mental: alguns aspectos para orientação de pais. Temas sobre Desenvolvimento, v. 10, n. 55, p. 35-39, mar./abr. 2001.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce. Porto Alegre: Artes Médias, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GEJER, Débora. O adolescente com deficiência mental e sua sexualidade. Jornal Desafio, São Paulo, ano 2, v.9. Disponível em: www.adid.com.br, www.entreamigos.com.br. Acesso em: 19 out. 2003.

GLAT R & FREITAS RC 2002. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro. [[Links](#)]

GLAT, R. A Integração Social dos Portadores de Deficiência: uma Reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

GIAMI A 2000. Stérilisation et sexualité des personnes handicapées mentales, pp. 273-315. In A Giami & H Lerido (eds.). *Les enjeux de la stérilisation*. Questions en Santé Publique Inserm/INED, Paris. [[Links](#)]

GOFFMAN E 1988. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC Editora, Rio de Janeiro. [[Links](#)]

GUERPELLI, M.H.B.V. Diferente mas não desigual. A sexualidade do deficiente mental. São Paulo: Editora Gente, 1995.

LÚRIA, A.R. Desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Ícone, 1990.

MANTOAN , Maria Tereza Egler. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. In Gaio, Roberta; MENEGUETTI, Rosa G. Krob (orgs). Caminhos da Educação Especial. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky – Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo, Editora Scipione , 1993.

RIBEIRO, Paulo R. M.; NEPOMUCENO, Denise M. Sexualidade e deficiência mental: um estudo sobre o comportamento sexual do adolescente excepcional institucionalizado. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v.41, n. 4, p. 167-170, jan. 1992.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:WVA Editora, 1999.

TOURAINÉ, A. A Igualdade e Diversidade: O sujeito democrático. São Paulo, 27 jun. 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

WEEKS, J. (1993). El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: TALASA,1993.

APÊNDICES

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

PESQUISADORA: Nair Batista Lemos Pontes

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

Nome: _____ Sexo: ()F ()M

Idade: _____ Escola que atua: _____ Série/Ano: _____

ENTREVISTA

- Você considera a sexualidade do sujeito com deficiência mental diferente dos demais indivíduos com nenhuma deficiência. Por quê?

- Na sua opinião, todos os indivíduos com deficiência mental apresentam comportamentos sexuais semelhantes? Por quê?

- Você acha que todos os indivíduos com deficiência mental não são capazes de lidar com seus impulsos sexuais?

- Você considera que alguns comportamentos como, por exemplo: a masturbação, a exibição do sexo, a demonstração de atração pelo outro

através de palavras e carinhos, sejam comportamentos inadequados? Por quê?

- Você já presenciou esses comportamentos ou outros parecidos em sua sala de aula? Descreva os comportamentos:

- Qual foi sua atitude face a esses comportamentos?

- Na sua opinião a orientação sexual deveria restringir-se à vida privada, isto é, deveria ser assunto de família e não, do ambiente escolar? Por quê?

- Como a sua escola desenvolve o tema “orientação sexual”?

- A proposta desse trabalho é apresentada no Projeto Político Pedagógico?

- Você já participou de alguma discussão e/ou programas que trataram do tema como orientação sexual ou sexualidade?

**Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar**

PESQUISADORA: Nair Batista Lemos Pontes

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

Nome: _____ Sexo: () F () M

Perguntas

- Você fala sobre sexualidade com seu filho?

() Sim () Não () às vezes

- Você considera que falar sobre sexualidade seja:

() Delicado e difícil de tratar

() Um assunto importante que precisa ser

() Um assunto que não deveria ser tratado com seu

Por quê? _____

- Sobre o ponto de vista das relações afetivas, você considera seu filho muito infantil:

() Sim

() Não

() Nunca pensou sobre isso.

- Quando seu filho se agarra às pessoas com beijinhos e/ou outros carinhos você pensa que é:

() Uma manifestação de carinho.

() Uma imitação dos comportamentos

() Outros _____

- Quando seu filho manifesta verbalmente ou através de atitudes interesse sobre sexualidade, você:

() Repreende

() Não dá atenção

() Conversa de forma aberta e introduz algumas regras sobre esse comportamento.

- O seu filho tem direito a viver relações afetivas?

() Sim

() Não

() Nunca pensei sobre isso

Por quê? _____

- O seu filho tem direito a viver a sua sexualidade

() Sim

() Não

() Nunca pensei sobre isso

Por quê? _____

- Quando você presencia algumas situações consideradas inadequadas, como por exemplo: encontrar seu filho se masturbando ou, exibindo o sexo

- Repreende imediatamente
- Não liga, pois ele não sabe o que está fazendo.
- Conversa com ele sobre essas atitudes e introduz algumas regras.

- Se seu filho estabelecer relações afetivas com colegas de sexo oposto você:

- Repreende
- Incentiva
- Não acredita nessa possibilidade.

Por quê? _____

- Você vê a possibilidade de seu filho vir a se relacionar afetivamente e sexualmente com um parceiro escolhido por ele?

- Sim
- Não
- Nunca pensei sobre isso

Por quê? _____

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como conseqüência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista NAIR BATISTA LEMOS PONTES sob orientação, da Tutora Sandra Jaqueline Barbosa, cujo tema é: **A SEXUALIDADE DO ADOLESCENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL**, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A Sexualidade do Deficiente Mental . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa um **Questionário/Formulário**. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar no endereço eletrônico **nairpontes29@ig.com.br**. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre A Sexualidade do Deficiente Mental . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa um **Questionário/Formulário**. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar no endereço eletrônico **nairpontes29@ig.com.br**. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____